

## FAXINAL DO TIGRE: COLONIZAÇÃO E RUPTURAS (DÉCADAS DE 1910 A 1950)<sup>1</sup>

Marlon Brandt <sup>2</sup>  
Angela Regina Sulsbach <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho faz algumas reflexões sobre as relações envolvendo a população cabocla e o processo de colonização das terras do Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, localizado no vale do Rio Uruguai, no Oeste de Santa Catarina, iniciado no final da década de 1910, indo até a década de 1950, quando esta se consolida na região. A colonização, promovida por teuto e ítalo-brasileiros provenientes de antigas colônias do Rio Grande do Sul, trouxe uma série de transformações nesse espaço, por meio da inserção de uma nova lógica socioeconômica baseada na propriedade privada da terra, representada, no caso, pela agricultura voltada ao comércio e pela exploração madeireira. A partir da memória de antigos moradores e da produção historiográfica sobre a região, procurou-se demonstrar que a colonização foi internamente apontada por esses moradores como um momento de ruptura de seu tradicional modo de vida a partir do projeto territorial imposto pelo Estado e pelos colonizadores.

**Palavras-chave:** Caboclos, Uso comum da terra, Colonização, Oeste de Santa Catarina.

### ABSTRACT

This article makes some reflections on the relationships involving the *cabocla* population and the process of colonization of the lands of Faxinal do Tigre, current municipality of Guatambu, located in the Uruguai River valley, in the west of Santa Catarina, which began at the end of the 1910s and lasted until the 1950s, when it became consolidated in the region. Colonization, promoted by Germans and Italian-Brazilians from former colonies in Rio Grande do Sul, brought a series of transformations in this space, through the insertion of a new socioeconomic logic based on private ownership of land, represented in this case by agriculture aimed at commerce and logging. Based on the memory of former residents and the historiographical production about the region, we sought to demonstrate that colonization was internally identified by these residents as a moment of rupture in their traditional way of life, based on the territorial project imposed by the State and the colonizers.

**Keywords:** Caboclos, Common use of land, Colonization, West of Santa Catarina.

<sup>1</sup> A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) via auxílio financeiro pelo Edital 12/2020.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – SC, marlon.brandt@uffs.edu.br.

<sup>3</sup> Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Professora na rede estadual de ensino de Santa Catarina, angelareginasulsbach@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de algumas reflexões sobre as relações envolvendo a população cabocla e o processo de colonização das terras do Faxinal do Tigre, atual município de Guatambu, localizado no vale do Rio Uruguai, no Oeste de Santa Catarina. Adotou-se como recorte temporal o início da colonização da região, no final da década de 1910, se estendendo até sua consolidação, em meados da década de 1950. A colonização, promovida por teuto e ítalo-brasileiros provenientes de antigas colônias do Rio Grande do Sul, trouxe uma série de transformações nesse espaço, tanto relacionados à questão da terra, com a expropriação da população cabocla e conflitos, quanto a suas novas formas de uso, baseadas na agricultura e na exploração madeireira.

Por caboclo, entendemos que este seja, como definem Marquetti e Lopes da Silva (2016, p. 109) “um dos habitantes das fronteiras do Sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores”. Mesmo não existindo uma conotação étnica no termo, conforme Machado (2004, p. 48), “frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

A colonização significou um momento de ruptura para essa população, transformando a paisagem local por meio da inserção de uma nova lógica socioeconômica baseada na propriedade privada da terra, representada, no caso, pela agricultura voltada ao comércio e pela exploração madeireira. Para Brandt e Moretto (2022, p 58), “a forma como ocorreu a desapropriação da terra, assim como a expulsão dos caboclos de sua área de convívio comum e de seu local de subsistência, caracterizam uma grave agressão”<sup>4</sup>, desestruturando antigas concepções de uso e acesso à floresta e a recursos naturais.

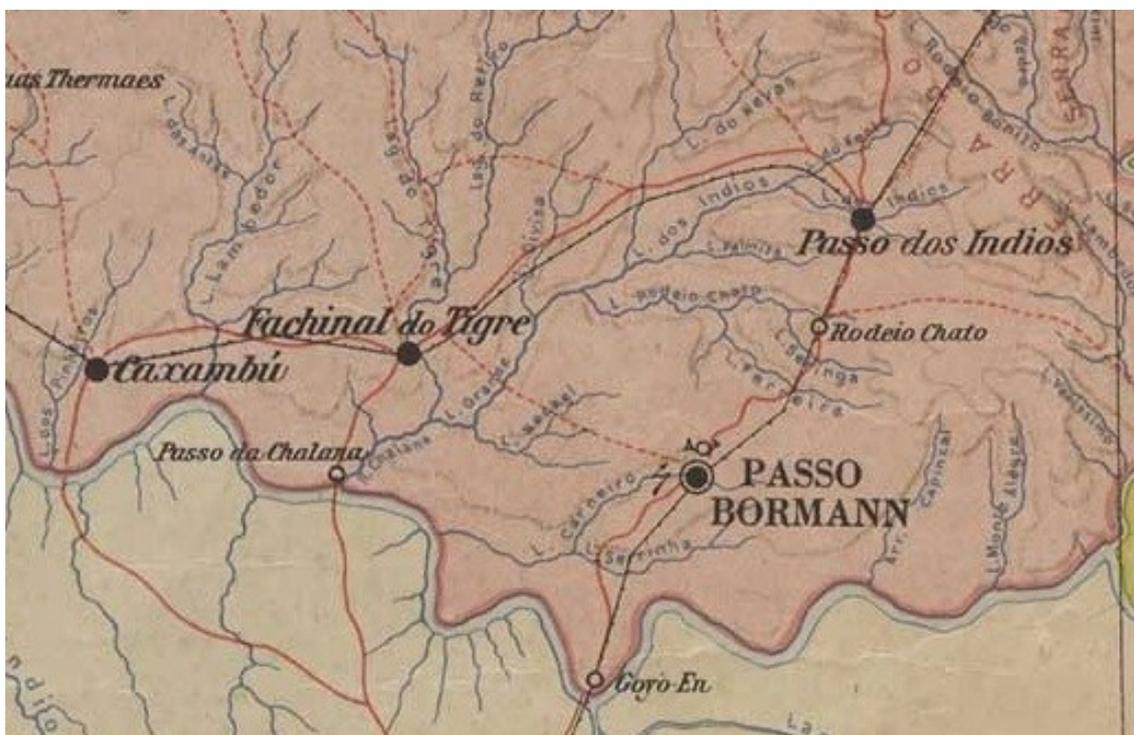
Localizado no vale do Rio Uruguai, o Faxinal do Tigre pode ser visto no mapa da Figura 1, e seu detalhe, na Figura 2, onde também se encontram as principais estradas de rodagem locais e o Passo dos Índios, atual sede do município de Chapecó. O mapa foi produzido pelo estado de Santa Catarina em 1930, período em que a colonização ainda se expandia na região.

---

<sup>4</sup> Tradução dos autores.



**Figura 1:** Localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina.  
Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).



**Figura 2:** Detalhe da localização do Faxinal do Tigre no Oeste de Santa Catarina.  
Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional (2022).

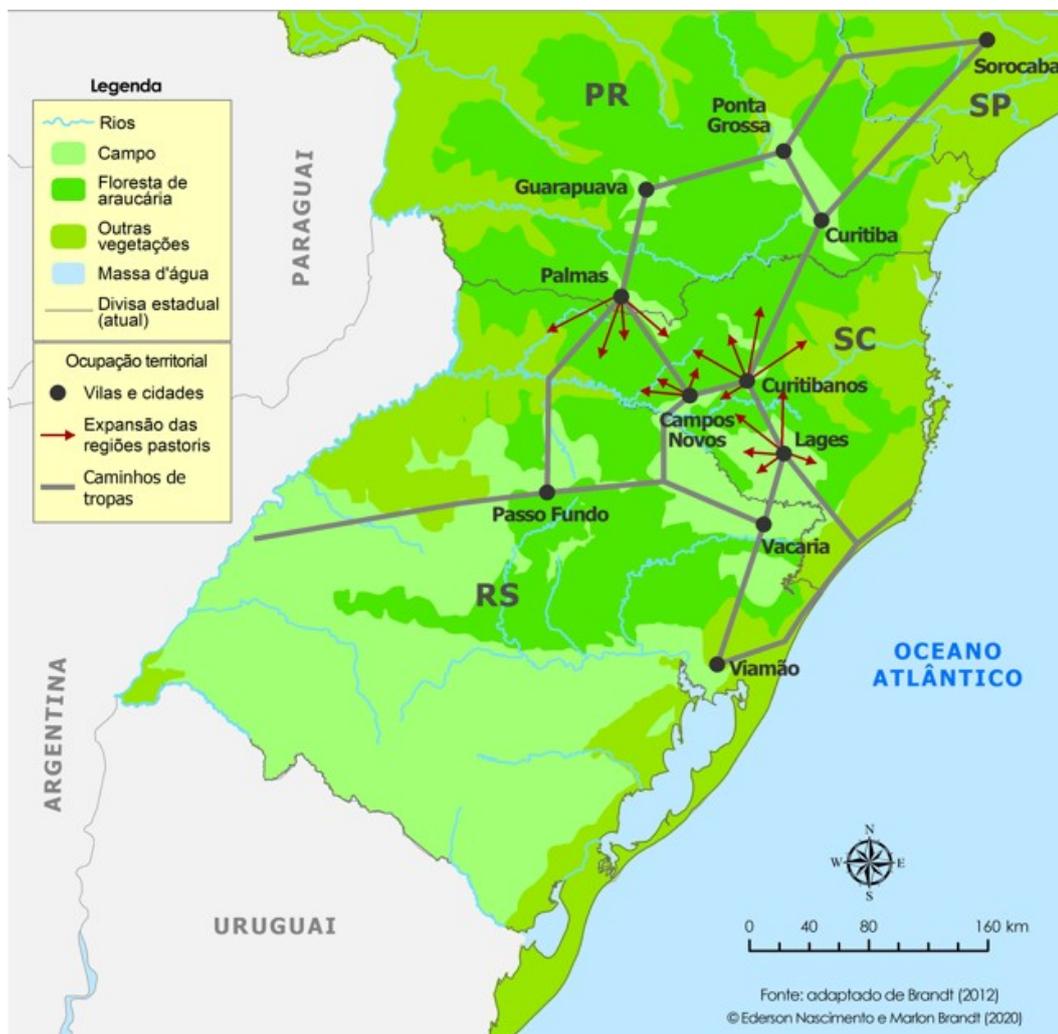
Ao analisar esse espaço no passado, a pesquisa segue os preceitos da Geografia Histórica, analisando, como aponta Abreu (2000, p. 18), o “presente de então”, adicionando o que Philo (1996, p. 270) chamou de “sensibilidade geográfica” ao se estudar “fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria ‘substância’ da história”. Para isso, o texto se encontra dividido em dois momentos: o primeiro trata o processo de povoamento do Oeste catarinense, enfatizando a importância da abertura de tropas e a formação de fazendas dentro do processo de interiorização do povoamento por parte da população cabocla, bem como o aporte de uma nova lógica socioespacial representada pelo processo de colonização por migrantes e imigrantes de origem teuto e ítalo-brasileira a partir do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916. A segunda parte aborda as rupturas promovidas pela colonização no modo de vida da população cabocla, sobretudo em relação a práticas até então costumeiras de uso e acesso à terra e aos recursos naturais. Foi também com o projeto colonizador que se construíram “discursos e ideias como a do progresso resultante da superação das adversidades por parte de colonos e empresários”, que incidiram, sobretudo, sobre a natureza local, invisibilizando ou marginalizando populações pretéritas a esse processo (Brandt, 2023, p. 4).

## **1. DINÂMICAS DO POVOAMENTO DO OESTE CATARINENSE**

Ocupado por mais de 12 mil anos por diversos grupos humanos, sendo entre os mais recentes os Guarani e os Kaingang (Lino, 2016; Brighenti, 2015), o Oeste catarinense passou a ser alvo de incursões por europeus desde, pelo menos, o século XVII, sem, no entanto, deixarem marcas significativas de sua presença. Seria principalmente a partir da abertura dos primeiros caminhos de tropas, ligando o Sul do Brasil ao Sudeste, e da formação de fazendas nas áreas de campos a partir do século XVIII que as áreas de campos começariam a ser ocupadas, não sem conflitos envolvendo as populações indígenas. Essas fazendas seriam também responsáveis por promover a irradiação de frentes de povoamento rumo às florestas. Nesse contexto de ocupação, os campos e as florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também a possibilidade de uma nova vida para muitas pessoas até então ligadas às lides pastoris pelo fato de esta ter pouco valor para o fazendeiro das áreas de campos. Como agentes dessa expansão espacial rumo às florestas, encontravam-se ex-agregados, peões, ex-escravizados libertos ou fugidos e descendentes de fazendeiros em busca de novas terras (Machado, 2004; Brandt e Nodari, 2011). Brighenti (2015, p. 192) aponta, a respeito



das populações indígenas que viviam no planalto nesse período, que a população cabocla que se interiorizava mantinha uma “relação de simbiose com o Kaingang, havendo muitos casamentos mistos”. Esse processo de expansão pode ser visualizado no mapa da Figura 3.



**Figura 3:** Frentes de povoamento do Oeste catarinense.  
Fonte: Nascimento, Valentini, Brandt, Scherma, Tombini, 2021.

Arruda (1999) aponta que esse processo de dispersão da ocupação territorial colaborou para a formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, com influências indígenas e caráter cíclico e irregular de povoamento. No caso das florestas sulbrasileiras, essa população, ao se instalar nessas terras, em sua maioria sob o regime de posse, passou a viver da caça, pesca, agricultura de subsistência, criação de animais e da coleta da erva-mate. Essas atividades compunham a sua base econômica, formando o que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”.

Como aponta Renk (2006, p. 107), a “roça cabocla” era formada a partir da divisão espacial da floresta em “terras de plantar” e “terras de criar”. A primeira era formada a partir da abertura da roça, sob o sistema de rotação de terras. Com o emprego da queimada e o aproveitamento das cinzas, cultivavam, de modo fechado, em cercas ou trincheiras, o milho, junto ao feijão, e outras plantas, como abóboras e melancias. Já as “terras de criar” eram compostas por florestas e em alguns lugares também por pequenas manchas de campos, onde os animais, sobretudo os porcos, eram criados em comum. Soltos, percorriam livremente as suas terras e as dos criadores vizinhos. Essas formas de uso ainda se encontram presentes na memória de descendentes de antigos moradores da região, transmitidas em conversas em muitos casos realizadas ao redor do fogo durante as noites. Leriana Alves, cuja família teria migrado para o Faxinal do Tigre no início do século XX, rememora da seguinte maneira a chegada da família e a formação da roça e da criação nessas terras. Instalando-se nas terras sob a posse, construíram sua moradia com folhas de palmeira e chão batido e por muito tempo lá moraram. Plantavam milho e feijão para o sustento da família numerosa de seis filhos e “criavam porco e galinha perto de casa, mas a roça era mais longe e era cercada, para os bichos não comerem tudo” (Sulzbach, 2023, p. 64). Esse modo de uso dos recursos da natureza, sobretudo da floresta, formava o que pode ser compreendido como uma “paisagem cabocla” (Brandt, 2015) e persistiu em diversos espaços do Oeste catarinense até o aporte da colonização.

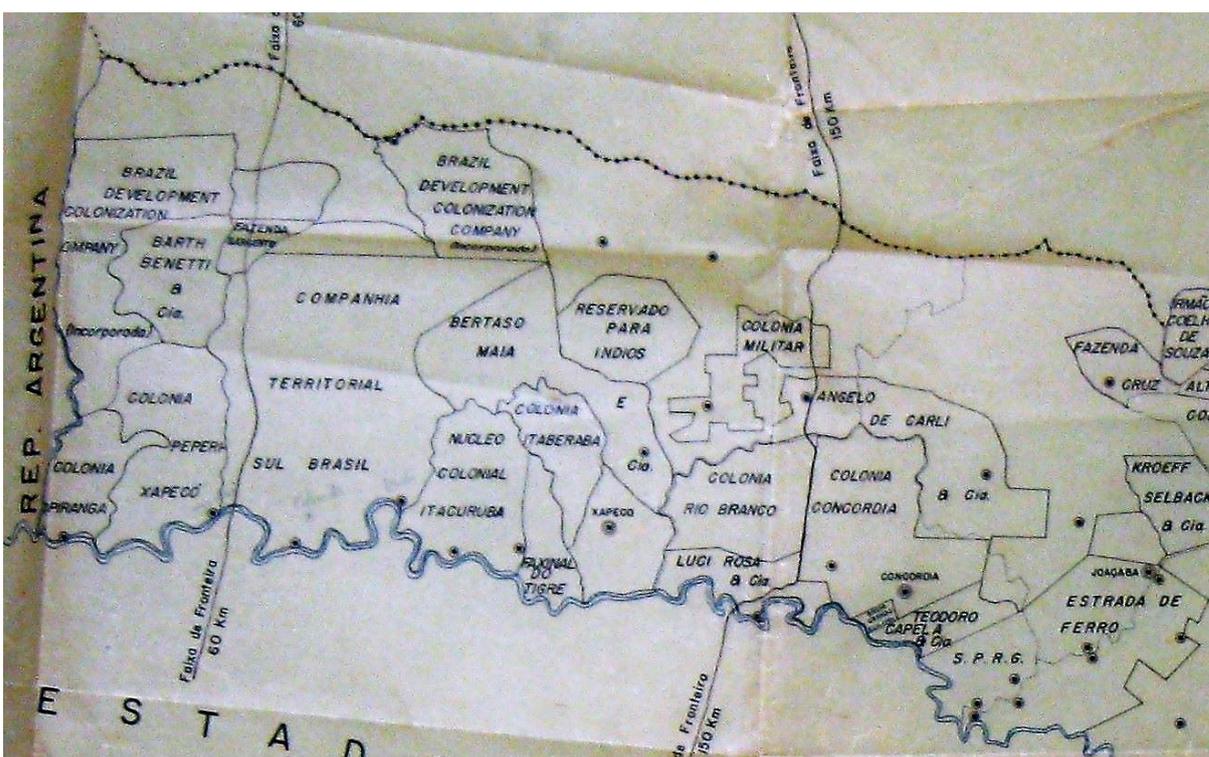
Com a definição dos limites estaduais de Santa Catarina e do Paraná em 1916, foram criados, no ano seguinte, os municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba), resolvendo uma questão territorial entre os estados que se arrastava desde a segunda metade do século XIX. Esses espaços, até então vistos como um “vazio demográfico”, foram alvo, por parte do governo catarinense, de uma política de ocupação territorial baseada, conforme Machado (2004, p. 139),

na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras.

Dessa maneira, foram concedidas terras devolutas a diversas companhias colonizadoras privadas, colocando, como aponta Nodari (2009, p. 34), “a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região

ordeiramente”. A escolha desses povoadores não incidiu sobre a população cabocla, mas sim sobre os teutos e ítalo-brasileiros que já viviam nos antigos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul.

Tem-se, assim, um retalhamento de praticamente todo o território, anteriormente contestado, catarinense a favor das companhias colonizadoras privadas. Esse esbulho das terras ocupadas por caboclos, bem como das populações indígenas, ocorreu de maneira violenta e fraudulenta, alterando o modo de vida da população a partir da apropriação privada da terra e da transformação ambiental da região (Renk, 2006, Brighenti, 2015). Essa nova configuração territorial pode ser observada na Figura 4, que apresenta os principais núcleos de colonização na década de 1940. Brighenti (2015) destaca que, nesse processo, a divisão desconsiderou também diversas aldeias Kaingang e Guarani. Apenas a reserva Xaçepó, onde está indicado “reservado para índios”, aparece representada.



**Figura 4:** Núcleos de colonização do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina, em 1940. Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Santa Catarina, *apud* Bauermann e Brandt, 2019.

Na imagem anterior, é também possível observar a concessão das terras onde se encontrava o Faxinal do Tigre. Sulsbach (2023) comenta que a presença da ação do colonizador nessa área era verificada já a partir de 1919, com uma concessão de uma área de mais de 15 mil

hectares, entre os rios Uruguai e Chapecó, para a empresa colonizadora de Isaac Pan e Rodolfo Fin. E nessas terras, assim como em várias outras áreas concedidas pelo estado e já ocupadas por diversas famílias caboclas, é que começam a surgir os primeiros conflitos com as colonizadoras.

## **2. COLONIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO MADEIREIRA: RUPTURAS NO MODO DE VIDA CABOCLO**

Ao longo do processo de colonização Brandt e Nodari (2011, p. 86) apontam que “tanto teutos quanto ítalos formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção e se, necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais”. Assim, “a utilização do espaço até então habitado, principalmente, por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos” (Nodari, 2009, p. 57).

A colonização, como aponta Renk (2006), introduziu valores externos em toda a região, deixando à população local duas alternativas: adaptar-se, não sem resistência, ou ficar excluída. Alternativas que eram impostas por duas razões: a primeira seria a desestruturação do modo de vida, e a segunda, o descompasso existente em relação à temporalidade e à espacialidade da população local e as dos colonizadores, no caso estendendo o comentário para as empresas madeireiras.

Existia, por parte da população cabocla, um forte sentimento de pertencimento ao lugar, construído por meio de laços de parentesco, vizinhança e entreajuda (Brandt e Campos, 2014). Esse sentimento de coletivo, por exemplo, se materializava nas práticas de criação, que formavam a “roça cabocla”, onde se observava um controle dos recursos básicos pela população, efetivada, conforme Almeida (2004, p. 10),

através de normas estabelecidas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social.

Esses hábitos e costumes da população cabocla, vistos como uma ambiência, podem ser compreendidos, para Thompson (2002, p. 90), como “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções, tanto da lei como das pressões da vizinhança”.

Mesmo se tratando de uma região de fronteira, em um sentido de expansão demográfica rumo às florestas, essa população, ao se estabelecer em uma área de terras, era relativamente fixa, ao menos até a colonização. A existência de ervais nativos e a criação de animais, comercializados em povoados e cidades próximas, onde também é possível incluir um sentimento de pertencimento ao lugar, foram fatores relevantes na sedentarização dessa população (Machado, 2004, Brandt e Campos, 2014).

Essas práticas passam a se desestruturar, conforme Renk (2006, p. 135), “quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas por posseiros, afetando o seu modo de vida. A colonização é [...] internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo dos ex-posseiros [...], apresentado como ‘um tempo que não volta mais’”.

Poli (1995, p. 100) destaca que a relação entre as companhias colonizadoras e a população cabocla que vivia sob o regime da posse era sempre complicada, “principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar a posse para dar lugar ao proprietário”. Para a venda das terras, os colonizadores realizavam uma “limpeza da área”, onde o direito de propriedade prevalecia sobre o direito de posse, visto unicamente como infração ou intrusamento<sup>5</sup> (Renk, 2006, p. 118).

Renk (2006, p. 120–121) aponta que a situação de distintas lógicas socioespaciais se estendeu à “roça cabocla”, promovendo situações de conflitos pelas seguintes razões:

A primeira, pela desvalorização, no mercado imobiliário, das terras próximas às dos intrusos, com a criação sem cerca [...]. Interessava à companhia o fim desta prática. A segunda razão, em nível de atitudes, seria a utilização das terras, isto é, com a agricultura rotativa. Uma utilização mais “racional” permitiria que diversas famílias, em exploração familiar, se valessem da área com resultados que, do ponto de vista do colonizador, seriam, seguramente, melhores. Além disso, o argumento étnico, de origem, embasou-se no desperdício de terras, e no não saber aproveitá-las corretamente.

Até o início da colonização, as posses ou propriedades constituídas tinham uma grande extensão, se comparadas aos lotes destinados à colonização, cujo tamanho variava entre 25 e 30 hectares (Waibel, 1949, p. 195), além de terem à sua disposição, áreas com florestas devolutas, onde também circulavam os animais criados em comum.

---

<sup>5</sup> Em grande parte da região Oeste, os moradores locais foram classificados, pelos colonos e pelas empresas colonizadoras, como “intrusos”, porque estavam ocupando um território sem a compra oficial. Diante da lei, foi o colono que adquiriu a terra mediante pagamento, o que lhe garantia a propriedade dela e passaria ao status de dono da terra. Portanto, o “intrusamento” foi considerado uma ocupação ilegítima, pela invasão de terras devolutas ou tituladas (Renk, 2006).

Expropriado de suas terras, o caboclo que permaneceu na região ressignificou algumas atividades laborativas. Tornou-se agregado dos colonos recém-chegados, em muitos casos, das terras outrora ocupadas pela posse (Sulsbach, 2023). Silva, Moreira e Corá (1998, p. 33) trazem, a esse respeito, o depoimento de um antigo morador da região, que, além do trabalho de agregado, ingressou na atividade madeireira, trabalhando como balseiro:

Fui trabalhá na colônia. Eu já trabaiava na colônia. Então, quando dava chuva, eu deixava de sabê, fizesse as minhas prantinhas ou não, ia fazê dali para frente quando chegava de novo. Mas a gente fazia aquilo, tinha aquela barda, me acostumei de viajá de rio. E deixava do meu serviço e ia cuidar do serviço dos outros.

Muitos também ingressaram nas nascentes empresas madeireiras formadas por serrarias oriundas do Rio Grande do Sul que passaram a atuar no Oeste catarinense acompanhando o avanço da colonização e o término das reservas madeireiras do estado vizinho. Foi, como aponta Nodari (2009, p. 142), apenas questão de deslocamento para uma nova área rica em recursos madeireiros. Esse também era, conforme a autora, “um objetivo colocado desde o início pelas empresas colonizadoras quando se instalaram na região, pois sabendo que parte de seus lucros viria do aproveitamento das riquezas florestais, montaram serrarias”. Essa madeira era destinada, em sua maioria, ao mercado argentino, cujo produto era escoado em balsas pelo rio Uruguai ao destino final.<sup>6</sup> As viagens de balsa aconteciam sempre no inverno, de junho a setembro; em alguns anos, era possível fazer várias viagens. O dono da madeireira raramente ia junto, pois o desconforto e os riscos eram excessivos. Uma viagem de balsa podia durar de uma semana até dois meses entre a largada da balsa e o retorno dos balseiros (Sulsbach, 2023).

Tais ofícios caracterizaram uma parte da população cabocla do Faxinal do Tigre, após o modo tradicional de lidar com a terra sofrer alterações bruscas com a chegada dos colonos na região. Para aqueles que conseguiram adquirir ou ao menos legalizar parte de suas terras antes ocupadas pelo regime da posse, os animais criados soltos foram agora cercados, enquanto as roças, antes longe de casa, devido à abundância de terra, agora estão mais perto, pela redução no tamanho das terras. A floresta, antes usufruída em comum, tornou-se um recurso econômico a ser explorado pelos colonizadores e uma forma de dinheiro extra ou

---

<sup>6</sup> “A extração madeireira no Oeste de Santa Catarina entre as décadas 1920 e 1960 movimentou a região e resultou numa significativa alteração socioeconômica. O envolvimento de agentes históricos, o contato com a floresta e a investida na atividade madeireira foram fatores que propiciaram o comércio nas proximidades do rio Uruguai até os portos da fronteira do Brasil com a Argentina. O trabalho realizado pelos balseiros se tornou fundamental nesse processo socioeconômico, além de auxiliar na dinâmica da colonização e de ocupação dos espaços onde as florestas foram retiradas” (Moreira, 2019, p. 8).

oportunidade de emprego para o caboclo como assalariado nas serrarias que passaram a operar localmente.

Ainda hoje, o discurso oficial sobre a história da colonização da região invisibiliza essa população. Esse discurso, que enfatiza os colonos e colonizadores, é, antes de tudo, construído sob a ideia do que seria uma virtude étnica do colono que superou as adversidades. E assim são (re)lembrados pela memória oficial nas toponímias, festas e datas comemorativas. Breves (1985, p. 9), ao rememorar sua atuação na Diretoria de Terras e Colonização em Chapecó na década de 1920, reforça essa história do mito civilizador em seus relatos, dizendo que “os antigos caboclos que o povoavam passaram a ser minoria ínfima. Seus antigos costumes vão desaparecendo para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outros”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se estabelecer no Faxinal do Tigre desde o final do século XIX, a população cabocla desenvolveu um modelo sociocultural específico ligado ao meio, cujo processo de colonização, que se iniciou na região no final da década de 1910, deu início a uma série de mudanças que desestruturaram suas relações socioespaciais. À medida que a colonização avançava, mais os caboclos de Faxinal do Tigre experimentavam situações de rupturas de seu tradicional modo de vida, a partir de conflitos envolvendo a posse da terra e a incompatibilidade da “roça cabocla” com os usos da terra planejados pelos colonizadores, baseados na presença de lotes coloniais de aproximadamente 25 hectares e na atuação das empresas madeireiras.

Essas rupturas ainda hoje podem ser percebidas na memória e nas falas dos antigos moradores de origem cabocla e de seus descendentes. Colonizador e colonizado estabeleceram uma relação de exclusão e negociações interétnicas por atitudes nem sempre percebidas, seja em relação às práticas socioespaciais, as finalidades das atividades econômicas ou as modificações das paisagens do povoado, que demonstram o (des)encontro dos grupos sociais.

Embora seja um tema que nos últimos anos vem ganhando destaque dentro da academia, ainda são pontuais as ações que busquem dar visibilidade a essa população, bem como a suas práticas socioespaciais. Essas, quando existem, ficam em segundo plano nos chamados lugares de memória, como museus locais – e são poucos os municípios que os têm

enquanto o discurso do colonizador e do colono, com suas virtudes étnicas na superação das adversidades, conduzindo ao progresso regional, está em destaque, assim como se encontram seus nomes em monumentos, praças e ruas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Construindo uma Geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 4, n. 1, p. 13–25, 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123400>

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: **Ambiente & Sociedade**, ano II, n. 5, p. 79–94, 1999. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>

BAUERMANN, A. K.; BRANDT, M. Imagens de uma paisagem em transformação: a exploração madeireira em Pinhalzinho-SC entre as décadas de 1940 a 1970. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 280–295, set./dez. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p280>

BRANDT, M.; CAMPOS, N. J. de. Costumes e usos da terra pela população cabocla do Planalto de Santa Catarina. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 193 a 208, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/895>>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

BRANDT, M.; MORETTO, S. P. The Caboclo Population of the Araucaria Forest of Santa Catarina: Common Use of Land, Expropriation and Marginalization. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 55–80, 2022. DOI: 10.32991/2237-2717.2022v12i2.p55-80. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/571>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

BRANDT, M.; NODARI, E. S. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80–90, 2011. <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2011.151.09>

BRANDT, M. “Frey”burgo: acumulação de capital no setor madeireiro e continuidade política no município de Fraiburgo na década de 1960. 2004. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Centro de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História (São Paulo)**, v. 34, p. 303–322, 2015. <https://doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>.

\_\_\_\_\_. Porcicultura en un espacio fronterizo: imágenes y paisajes (Oeste del Estado de Santa Catarina, Brasil; décadas de 1920 a 1950). **Estudios Rurales**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2023. DOI: 10.48160/22504001er27.455. Disponível em: <https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/455>. Acesso em: 30 oct. 2023.

BREVES, W. de S. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**, Florianópolis, 3ª fase, n. 6, p. 7–73, 1985.

BRIGHENTI, C. A. Processos de colonização e povos indígenas no Oeste catarinense. In: VALENTINI, D. J.; MURARO, V. F. (Orgs.) **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó: Ed. da UFFS; Porto Alegre: Letra e Vida, 2015.

CORÁ, N. M. S.; OLIVEIRA, Z. M. S. **Porto Chalana: desafios e conquistas, a saga de uma comunidade no interior do Município de Guatambu SC**. Chapecó: Novo Século, 2010.

CORRÊA, D. S. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na Capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan. Jun. 2008.

LINO, J. T. O povoamento indígena do sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Unicamp, 2004.

MAPA do Estado de Santa Catarina, 1930. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart485878/cart485878.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart485878/cart485878.jpg)>. Acesso em 21 de julho de 2022.

MARQUETTI, D.; SILVA, J. B. L. da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

MOREIRA, P. K. **Ecossistemas de vozes sobre o Rio Uruguai: a formação do sujeito balseiro na região Oeste de Santa Catarina (1920–1960)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

NASCIMENTO, E. *et al.* **Atlas socioespacial do Oeste de Santa Catarina**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

NODARI, E. S. **Etnicidades renegociadas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

PHILO, C. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149–188, 2006.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912–1916)**. São Paulo: Ática, 1981.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.

SERPA, M. (org.). **Fragmentos de memórias das famílias pioneiras de Guatambu**. 1. ed. Chapecó: Aliança, 2022.

SILVA, A. R.; MOREIRA, E. D.; CORÁ, L. M. **A presença cabocla na ocupação e colonização do município de Guatambu no período de 1910 a 1950**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Unoesc, Chapecó, 1998.

SULSBACH, A. R. **Os tempos antigos nos Faxinais do Tigre: paisagens e rupturas (décadas de 1920 a 1960)**. 2023, 112 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 3-66, abr/jun., 1949.